

ISSN 2238-4715 [impresso]
ISSN 2238-1988 [on-line]

Revista ECONOMIA & TECNOLOGIA

Análise Mensal

Nº 27 - Março de 2014

**Suavização dos monitorados e
espiral inflacionária**

**Mercado de trabalho e governo
salvos pela demografia**

Análise Mensal

Nº 27 - Março de 2014

EDITORES

João Basílio Pereima Neto
Fernando Motta Correia
Alexandre Alves Porsse

COORDENAÇÃO EXECUTIVA

Luiz Carlos Ribeiro Neduziak

EQUIPE TÉCNICA

Manuela Merki (Pós-Doutorado PPGDE)
Felipe Gomes Madruga
Pedro Américo Vieira
Dênis da Silva Júnior
Nayara de Oliveira Marques

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

REITOR

Zaki Akel Sobrinho

DIRETOR DO SETOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

Ana Paula Mussi Cherobim

CHEFE DO DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

João Basílio Pereima Neto

COORDENADOR DO PROGRAMA DE PÓS- GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (PPGDE/UFPR)

Fernando Motta Correia



Esta e outras edições da **Análise Mensal** estão disponíveis para download
em: <http://www.economiaetecnologia.ufpr.br>



Revista ECONOMIA & TECNOLOGIA

ISSN 2238-4715 [impresso]
ISSN 2238-1988 [on-line]

APRESENTAÇÃO

A **Análise Mensal** é uma publicação realizada pela equipe técnica da Revista Economia & Tecnologia (RET), é divulgada toda última semana de cada mês e está disponível para download no endereço:

<http://www.economiaetecnologia.ufpr.br>.

O objetivo da **Análise Mensal** é tratar de dois temas relevantes de conjuntura macroeconômica que estejam em evidência nas agendas nacional e internacional. Todo o conteúdo é debatido e escrito coletivamente pela equipe técnica da RET, sendo que as opiniões emitidas são de responsabilidade dos Editores.

Na edição de março da **Análise Mensal** abordaremos dois temas que serão protagonistas das eleições presidenciais de 2014, e que durante todo o ano estarão em debate no cenário nacional: a inflação e o mercado de trabalho.

O artigo **Suavização dos monitorados e espiral inflacionária** faz uma análise do controle que é feito pelo governo sobre os preços monitorados na tentativa de controlar a taxa de inflação. Para tentar alcançar o centro da meta, de 4,5% a.a., o governo federal tem mantido o nível de preços desse grupo abaixo desse valor. Porém, os efeitos desse represamento no médio prazo no IPCA poderão ser contrários ao esperado, já que eles devem trazer à tona um processo de inércia inflacionária, criando uma espiral inflacionária persistente.

O segundo artigo, intitulado **Mercado de trabalho e governo salvos pela demografia**, analisa os efeitos do atual ciclo de baixo crescimento econômico sobre o mercado de trabalho. A queda do crescimento tem diminuído sensivelmente a demanda de mão obra mas isso ainda não se transformou em elevação da taxa de desemprego, graças ao fenômeno estrutural de longo prazo que é a queda da taxa de crescimento populacional. Tal fenômeno ajuda a retardar um problema que o governo e a sociedade como um todo não estão dando suficiente atenção: a volta do desemprego e a necessidade de voltar a crescer para que as conquistas sociais do passado sejam mantidas.

Boa Leitura!

João Basílio Pereima

Editor-Chefe (e-mail: ret@ufpr.br)

Suavização dos monitorados e espiral inflacionária

A tentativa do Banco Central em manter a taxa de inflação sob controle, na maior parte das vezes, se configura numa tentativa de controle das expectativas de inflação no sentido de estancar possíveis repasses à memória inflacionária para evitar a chamada inércia inflacionária. Para alcançar a meta do IPCA, o governo tem utilizado a estratégia de manter os preços monitorados abaixo da meta de 4,5% a.a., contabilizando assim ganhos de curto prazo no cálculo da inflação realizada. No entanto, tal estratégia está produzindo efeitos de médio prazo negativos sobre o IPCA, uma vez que o represamento dos monitorados começa a contaminar as expectativas futuras, tornando o esforço tradicional de combater a inflação com juros uma tarefa mais difícil, que poderá exigir juros ainda maiores em um país que voltou a possuir uma das mais altas taxas de juros do mundo.

O índice de preços definido pelo Bacen como referência para o monitoramento da taxa de inflação possui dois grupos principais de preços, os chamados preços livres – determinados pelas condições de oferta e demanda – e os preços administrados. Preços administrados, determinados por contratos ou monitorados são preços mais rígidos e resistentes aos eventuais choques de oferta e demanda em função de serem estabelecidos previamente por órgão público ou por contrato.

Num nível de detalhamento maior, na composição dos preços monitorados identificamos dois grupos de preços: os que são estabelecidos ou regulados em nível federal – pelo próprio governo federal ou por agências reguladoras federais – e os que são determinados pelos outros entes federativos - governos estaduais ou municipais. Nos primeiro grupo, estão incluídos os preços de serviços telefônicos, derivados de petróleo (gasolina, gás de cozinha, óleo para motores), eletricidade e planos de saúde. Os preços controlados por governos subnacionais incluem a taxa de água e esgoto, o IPVA, o IPTU e a maioria das tarifas de transporte público, como ônibus municipais e serviços ferroviários.

Na maior parte das vezes, o conjunto de preços administrados, por ter um comportamento mais rígido quando comparado ao conjunto de preços livres, poder-se-ia suscitar um instrumento eficiente na busca pela estabilidade

do IPCA. Todavia, nem sempre tal afirmação é verdade. Por exemplo, o preço da energia elétrica no Brasil é diretamente influenciado pelas mudanças na taxa de câmbio, pois a energia gerada por Itaipu é precificada em dólares, e esse custo é levado em consideração na fórmula de reajuste anual de tarifas praticadas pelas distribuidoras de energia.

Nos últimos anos o governo vem buscando suavizar os reajustes dos preços administrados, principalmente combustíveis e energia, para evitar um aumento brusco da inflação. Essa suavização tem um custo fiscal elevado, que tem como justificativa a compensação quando do aparecimento de uma inflação menor. O grande problema do uso dessa suavização dos monitorados é que por ser uma política de curto prazo, a mesma não pode ser mantida indefinidamente.

São várias as justificativas que podem ser elencadas frente a esse “instrumento” de suavização dos monitorados. As mais comuns estão associadas às manifestações ocorridas no ano passado, e que com essa suavização dos monitorados, a taxa de inflação de 2013 poderia ser diferente, se não fossem esses acontecimentos.

Para 2014, em meio à crise do setor energético e a possível necessidade de um novo racionamento de energia no Brasil face às condições climáticas que estão sendo desenhadas, a previsão é que a “política de suavização de preços” está se tornando cada vez mais custosa, ao passo que para 2015 o repasse será inevitavelmente repassado para o consumidor comum.

Embora essa “manobra suave” pareça, num primeiro momento, uma tentativa de forçar uma convergência da inflação à meta definida pelo Bacen, pelo menos nesses períodos que antecedem as eleições, não é demais lembrar que tal instrumento pode desencadear uma espiral inflacionária que poderá estar contaminando a memória inflacionária, o que por sua vez pode intensificar a persistência inflacionária.

O processo é simples de ser entendido: embora a suavização dos preços administrados torne a inflação indiretamente insensível às condições econômicas atuais, a tentativa de manter rígido tal conjunto de preços acaba repassando para as expectativas inflacionárias futuros reajustes. A cada tentativa de suavização o mercado acaba incorporando às suas expectativas futuros aumentos que deverão ser repassados num futuro próximo ao consumidor.

Em função do peso que os preços indexados têm no cômputo geral da inflação, tal mecanismo acaba dificultando a gestão da política monetária. A inflação dos administrados apresenta uma maior persistência quando comparado à inflação dos preços livres, amplificando a inércia inflacionária e projetando uma expectativa inflacionária cada vez maior.

Na implementação dos instrumentos de política monetária, o Comitê de Política Monetária (Copom) incorpora nas suas decisões o comportamento e os

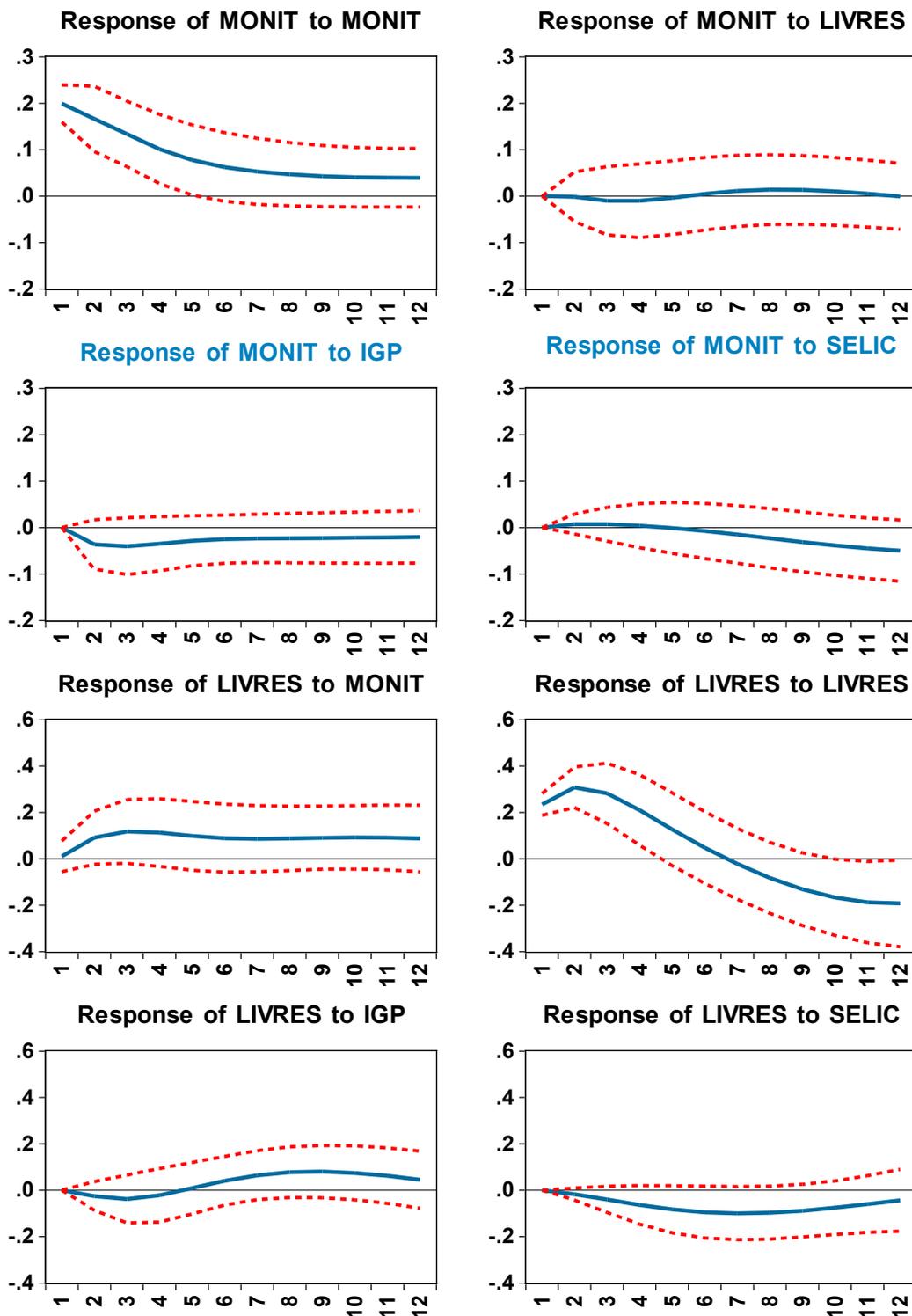
efeitos inerciais dos preços administrados, reagindo do mesmo modo que com outros choques de oferta. O problema é que a elasticidade dos preços administrados em relação às mudanças na política monetária é pequena devido ao fato de os preços administrados estarem em parte indexados à inflação passada, como no caso das tarifas públicas, ou influenciados por choques externos, como no caso dos combustíveis. Portanto, o efeito de um aumento da taxa de juro sobre sua evolução é praticamente nulo, em outras palavras, sua elasticidade em relação a mudanças na taxa de juro é baixa.

No intuito de mensurar o efeito expectacional dos preços monitorados repressados, estimamos um modelo auto regressivo que captura o efeito de choques em variáveis macroeconômicas monetárias sobre o índice de preço monitorados. Além das variáveis endógenas abaixo (ver figura 1), usamos a taxa nominal de câmbio como variável exógena no modelo. Conforme observado nas funções impulso resposta da figura 1, o choque de 1% na taxa Selic só terá um efeito nos preços monitorados 6 meses após tal choque (quarto gráfico, *Response of Monit to Selic*). Associado a essa baixa elasticidade, observa-se o não repasse convencional de choques IGP-M para os preços monitorados conforme observado no terceiro gráfico *Response of Monit to IGP*. Perceba que o choque de 1% no IGP-M tem um efeito negativo sobre os preços monitorados, refletindo a tentativa do governo de suavizar tal grupo de preços. O fato de o governo administrar os contratos evitando repasse de inflação passada, faz com que os preços monitorados estejam negativamente correlacionados, no tempo, com o IGP. Se tal estratégia não fosse adotada, a correlação temporal entre IGP e monitorados seria positiva, tendo em vista a indexação dos monitorados frente ao comportamento do IGP. Portanto, a linha de resposta da variável *Monit* está no quadrando negativo do gráfico 3. A distância entre zero e a linha é uma medida do efeito suavização bem como é uma medida de contaminação das expectativas.

O problema que se desenha para os próximos períodos é que o Banco Central sinaliza o fim da tendência de alta para a taxa de juros. Segundo a ata da reunião do Copom, divulgada logo após o carnaval, há indícios de que o aumento da taxa feita até agora – de 7,25% em abril de 2013 para 10,50% em fevereiro de 2014 – pode ser suficiente para manter a inflação sob controle. Todavia, o grande problema é o efeito que a suavização dos monitorados causará nas expectativas futuras para a taxa de inflação. Uma vez que o Bacen sinaliza que o remédio de alta na taxa de juros, observado desde abril de 2013 é suficiente para guiar a inflação na meta determinada pela autoridade monetária, e devido a baixa elasticidade dos monitorados frente a variações na taxa de juros, a tendência é que a necessidade de reajuste dos monitorados que será eminente, causará um impacto significativo na taxa de inflação daqui por diante.

Figura 1 – Análise Impulso-Resposta dos Preços Monitorados

Response to Cholesky One S.D. Innovations ± 2 S.E.



Fonte: Elaborado com dados do Banco Central

Mercado de trabalho e governo salvos pela demografia

O ciclo de baixo crescimento da economia brasileira iniciado em 2011 já dura quatro anos considerando o ano 2014 em curso, cujas expectativas não ultrapassam uma taxa de crescimento de 1,5% para o ano. Os reflexos negativos no mercado de trabalho são grandes e só não são devidamente percebidos, porque o efeito demográfico na forma de uma dramática queda da taxa de crescimento populacional tem compensado a queda igualmente dramática na demanda de mão de obra neste ciclo de baixo crescimento. Os detalhes desse processo são analisados a seguir.

A transição demográfica no Brasil, um evento muito conhecido mas cujos impactos têm sido pouco estudados, pode ser observada no gráfico 1, que mostra a evolução secular da taxa de crescimento da população, considerando mortalidade, natalidade e processo migratório. Após ter atingido quase 3%aa na década de 1950, o processo de industrialização e urbanização tem influenciado os hábitos familiares, especialmente as conformações de famílias nucleares adaptadas à vida em espaços adensados, como é o espaço urbano. Essa mudança estrutural, com 83% da população vivendo em área urbana, culminou numa taxa de crescimento populacional estimada para 2013 de aproximadamente 0,75%aa. O número de filhos por casal em 2012 é de 1,87, valor abaixo dos 2,1 necessários para repor a população. Isso indica que o processo demográfico em curso conduzirá, em algum ponto próximo de 2030, ao crescimento populacional zero. A taxa de crescimento populacional continuará caindo nos próximos anos, podendo mesmo ser menor do que zero, se não houver mudança nos hábitos das famílias.

O impacto dessa mudança demográfica no mercado de trabalho é grande. A queda na taxa de desemprego observada no Brasil desde 2004, até atingir os atuais 5,1%, é resultado da conjunção de duas correntezas. A primeira, o próprio crescimento econômico em si durante o ciclo expansionista de 2004-2010, responsável pela grande elevação da demanda de mão de obra. A segunda é a queda histórica da taxa de crescimento populacional. Como pode ser visto no gráfico 2, o país criou 1,898 milhões de empregos em 2007 e 2,555 milhões em 2010. Mesmo no ano em que a crise mundial atingiu o Brasil, em 2009, o país criou nada menos do que 1,306 milhões de emprego. A combinação dessa dinâmica virtuosa com a queda da taxa de crescimento populacional contribuiu para

exaurir, em um curto intervalo de tempo, a mão de obra no mercado e provocar elevação dos salários reais. O país se aproximou de uma situação de pleno emprego, senão generalizada, pelo menos localizada em algumas regiões e setores.

Gráfico 1 – Taxa de crescimento populacional (%aa)

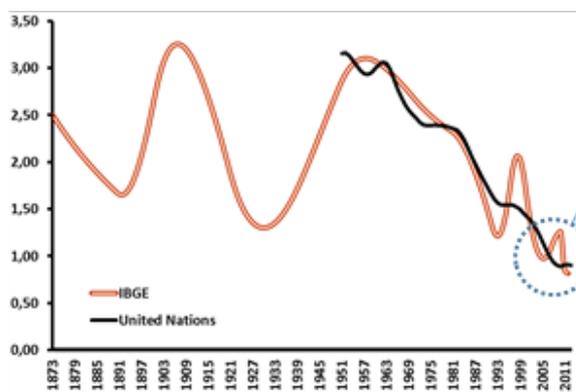
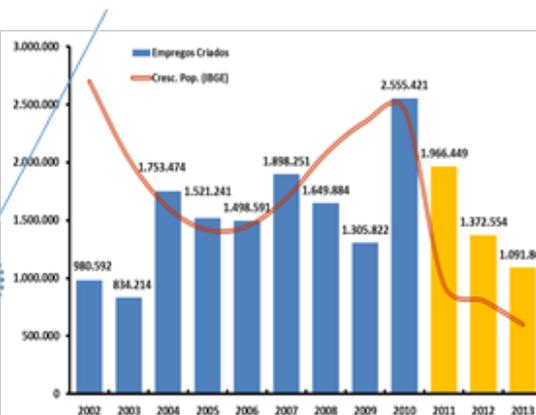


Gráfico 2 – Criação de emprego e crescimento populacional



Fonte: IBGE e United Nations - Population Division

No entanto, os últimos três anos de baixo crescimento têm reduzido sensivelmente a demanda de mão de obra. O número de empregos criados em 2013 caiu para 1,019 milhões (gráfico 2). É uma queda consecutiva de três anos desde 2010. Para uma sociedade como a brasileira, a criação de apenas 1,0 milhão de empregos por ano é um resultado abaixo do necessário para absorver o aumento da população. O crescimento da população em idade ativa (PIA), cuja idade começa em 15 anos, é determinado pela taxa de crescimento populacional de 15 anos atrás. A queda da taxa de crescimento populacional significa também queda do crescimento da PIA, porém com uma defasagem aproximada de 15 anos. Por razões diversas - que vão desde estrutura das famílias a qual define quem trabalha: marido, mulher, filhos acima de 15 anos ou eventualmente outros parentes que habitam o mesmo domicílio, até estudo, doenças, utilidade e desutilidade do trabalho e outros - somente uma parte da PIA decide ofertar mão de obra no mercado ou ocupar-se com alguma forma de trabalho remunerado. Essa parte da população, chamada de população economicamente ativa (PEA), no Brasil representa em média 59% da PIA. A variação anual da PEA, portanto, depende da taxa de variação da PIA que é uma variável demográfica, mas também de fatores culturais e sobretudo produtivos no caso de trabalhadores por conta própria e de mercado de trabalho nos casos de assalariados. Enquanto a PIA varia suavemente por razões demográficas, a PEA varia conforme o ritmo da economia, o qual afeta os incentivos dos indivíduos em ofertar ou não sua mão-de-obra.

Tabela 1 – Variações anuais populacionais e emprego

Ano	População	PIA	PEA	PO
2000	2,498,536	2,810,091	1,531,704	1,525,911
2001	2,463,307	2,869,387	1,562,078	1,559,567
2002	2,425,563	2,780,923	2,624,487	2,518,387
2003	2,359,183	2,664,595	1,552,388	883,343
2004	2,257,332	2,235,151	2,232,369	2,657,079
2005	2,132,120	2,837,247	2,501,862	1,824,800
2006	1,991,912	2,877,209	973,948	1,757,787
2007	1,862,661	2,546,785	1,149,304	1,318,473
2008	1,768,591	2,663,994	1,513,720	2,434,748
2009	1,725,355	2,248,140	2,059,881	699,297
2010	1,719,232	2,123,499	-294,323	556,256
2011	1,770,060	2,151,733	-293,411	559,838
2012	1,784,479	1,662,546	935,332	1,409,227
2013	1,783,945	nd	nd	nd
Total 2000-2012	26.758.331	32.471.300	18.049.339	19.704.713
Total 2005-2008	7,755,284	10,925,235	6,138,834	7,335,808
Total 2009-2012	6,999,126	8,185,918	2,407,479	3,224,618

Fonte: IBGE e United Nations - Population Division

* Interpolados por média exponencial.

Em termos totais, desde 2000, o aumento acumulado da PEA foi de 18,0 milhões, abaixo do crescimento acumulado da população ocupada (PO) que foi de 19,7 milhões. O mercado de trabalho absorveu desde 2000 mais indivíduos do que o crescimento demográfico jogou no mercado, fato este que culminou na redução da taxa de desemprego (tabela 1). No entanto, a dinâmica de absorção da população pelo mercado de trabalho é nitidamente diferente, quando comparados os períodos de 2005-2008 e 2009-2012. Os totais na tabela 1 mostram a diferença entre o período de crescimento e o período pós-crescimento. Durante a fase de crescimento da economia, a PEA aumentou 6,138 milhões e a população ocupada (PO) 7,335 milhões. A criação de empregos muda radicalmente após esse período, passando para 2,407 milhões e 3,224 milhões respectivamente.

A queda na geração de emprego é uma tendência da economia brasileira enquanto seu crescimento permanecer abaixo de 2,0%aa. A criação de emprego continuará positiva, mas seguramente será menor do que o crescimento da população economicamente ativa (PEA) e da população como um todo.

O efeito do baixo crescimento para o mercado de trabalho só não foi pior porque a queda da taxa de crescimento da população compensou parte da queda da demanda de mão de obra. O crescimento da população economicamente ativa (PEA), no período 2005-2008, foi 2,5 vezes maior do que no período seguinte.

As variações entre PIA e PEA são diferentes, pelos motivos explicados a pouco. Mas um fenômeno intrigante é o fato de a PIA aumentar 8,185 milhões no período 2009-2012 enquanto a PEA apenas 2,407 milhões. Esse comportamento dos indivíduos reflete que há, na verdade, dois fenômenos no mercado de trabalho que estão contribuindo para aliviar os efeitos negativos do baixo crescimento: a.) parte da PIA não está ofertando mão de obra no mercado, isto é, não está se convertendo em PEA¹ e b.) a queda da taxa de crescimento populacional está diminuindo o contingente entrante no mercado de trabalho.

Graças a esses dois fatores, a sociedade e o governo em disputa eleitoral podem respirar aliviados. Mas esse alívio tem prazo marcado para acabar. É possível que doravante, mantidas as taxas baixas de crescimento, a taxa de desemprego comece a aumentar devido ao fato de o baixo crescimento não conseguir absorver nem mesmo o acréscimo decrescente de população no mercado. A agenda do crescimento, que fora substituída pela agenda social no passado, deve voltar a receber prioridade doravante e o tema aparecerá nas campanhas em curso. Mesmo o processo de distribuição de renda e várias melhorias sociais obtidas no passado dependem da continuidade do crescimento. O mercado de trabalho e a insatisfação da população começam a dar sinais de mudança. O governo já fala em PAC3, enquanto o grau de confiança dos trabalhadores diminui.

A agenda do crescimento está de volta.



1 Ou as pesquisas de emprego não estão capturando corretamente a intenção dos indivíduos quanto à ofertarem ou não mão de obra

CHAMADA DE ARTIGOS - FEVEREIRO/2014

ECONOMIA PARANAENSE EM PERSPECTIVA

O Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Econômico da UFPR (PPGDE-UFPR) promoverá um Simpósio sobre as perspectivas de desenvolvimento da economia paranaense sob a ótica de eixos temáticos específicos conforme relação abaixo. Essa iniciativa será desenvolvida no âmbito do Projeto de Pesquisa Economia e Tecnologia (Convênio UFPR - Fundação Araucária).

O objetivo do Simpósio é reunir um conjunto de pesquisadores para debater os rumos e desafios para o desenvolvimento da economia paranaense nos próximos anos levando-se em conta aspectos como organização da estrutura produtiva, concentração regional da atividade econômica, mobilidade e infraestrutura no contexto metropolitano, tendências no cenário econômico nacional e mundial e seus efeitos no Estado, demografia e qualificação da mão-de-obra, infraestrutura e inovação para a competitividade estadual.

A presente chamada convida os pesquisadores para submeterem trabalhos alinhados com os eixos temáticos do Simpósio. Os trabalhos devem versar sobre um desses temas, abordando preferencialmente um breve diagnóstico da situação atual e discussão sobre os desafios e rumos para o desenvolvimento paranaense na perspectiva do tema em questão. Tais trabalhos devem possuir de 15 a 20 páginas e serem submetidos seguindo as especificações da Revista de Economia & Tecnologia. Os trabalhos selecionados para o Simpósio serão publicados em uma edição especial da Revista Economia & Tecnologia (RET). Por ocasião do lançamento da RET estaremos realizando o III Simpósio Economia & Tecnologia, promovido pelo Projeto de Pesquisa, convidando autores para apresentar e debater suas ideias.

Eixos Temáticos:

- Desenvolvimento regional
- Desenvolvimento metropolitano
- Dinâmica macroeconômica nacional e estadual
- Inovação, infraestrutura e competitividade

Prazo para submissão de trabalhos: **30 de maio de 2014**

Período de realização do Simpósio: **11 e 12 de agosto de 2014**

Local: Campus Sociais Aplicadas da UFPR

Av. Prefeito Lothário Meissner, 632, SCSA Curitiba - PR - Brasil

Mais informação sobre a RET podem ser obtidas pelo e-mail: ret@ufpr.br.

Visite também o site da RET: www.economiaetecnologia.ufpr.br.

Submissões eletrônicas: www.ser.ufpr.br/ret

Desde já, agradecemos o interesse.

João Basílio Pereima & Alexandre Alves Porsse

Universidade Federal do Paraná

